

Quantitativo de Matrículas da Educação Infantil na Rede Pública, no período de 2015 à 2018, no Estado do Amapá, Brasil

Number of Early Childhood Education Enrollments in the Public System, from 2015 to 2018, in the State of Amapá, Brazil

Cuantitativo de las Matrículas de la Educación Infantil en la Red Pública, desde 2015 hasta 2018, en el estado del Amapá, Brasil

Recebido:24/05/2020| Revisado: 28/05/2020| Aceito: 29/05/2020| Publicado:16/06/2020

Fábio do Socorro Dias Brito

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8530-7930>

Instituto Federal do Amapá, Brasil

E-mail: fabiodiasbrito32@gmail.com

Amanda Alves Fecury

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5128-8903>

Universidade Federal do Amapá, Brasil

E-mail: amanda@unifap.br

Rosana Moraes Pascoal

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1321-0045>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: rosanamorpasc@gmail.com

Carla Viana Dendasck

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2952-4337>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

E-mail: prof.cp@hmail.com

Maria Helena Mendonça de Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7742-144X>

Universidade Federal do Amapá, Brasil

E-mail: ma.helenam@gmail.com

Keulle Oliveira da Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3127-0380>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: profakeulle@gmail.com

Iracely Rodrigues da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2878-9536>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: iracely@ufpa.com

Elisângela Cláudia de Medeiros Moreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1450-0829>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: claudia.moreira@bol.com.br

Jones Souza Moraes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9328-5591>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: jhones244@hotmail.com

Euzébio de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8059-5902>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: euzebio21@yahoo.com.br

Claudio Alberto Gellis de Mattos Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0840-6307>

Instituto Federal do Amapá, Brasil

E-mail: claudio.gellis@ifap.edu.br

Resumo

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, ofertada em creches e pré-escola. No Brasil, desde 2013, passou a ser obrigatória a matrícula de crianças a partir dos 04 anos de idade na pré-escola. O objetivo deste trabalho foi verificar a curva de crescimento de matrículas da Educação Infantil na rede pública de ensino, entre 2015 e 2018, no Estado do Amapá-Brasil. A pesquisa possui uma abordagem quanti-qualitativa, assim como o procedimento utilizado, foi a realização da coleta de informações no endereço eletrônico do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além de pesquisa bibliográfica. Os resultados mostraram que para o período investigado (2015-2018), houve aumento de matrículas na Educação Infantil da rede pública do Amapá, porém na modalidade de ensino especial, ofertado em creches, houve uma oscilação para o período. Conclui-se que o aumento o quantitativo de matrículas na Educação Infantil é

um fator positivo, porém sozinho ainda não contempla a demanda social para este segmento. Existe a necessidade de reflexão sobre o financiamento em educação, pois quem tem a menor capacidade de arrecadação, os municípios, acabam responsabilizando-se pelos maiores custos, Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais e finais.

Palavras-chave: Educação infantil; Creche; Pré-escola; Matrículas.

Abstract

Early Childhood Education is the first stage of basic education and comprises daycare and pre-school modalities. In Brazil, since 2013, the enrollment of children from 4 years of age in preschool has become mandatory. The objective of this work was to verify the growth curve of enrollments in Early Childhood Education in the public school system, between 2015 and 2018, in the State of Amapá-Brazil. The research has a quantitative and qualitative approach, as well as the procedure used, which was the collection of information at the electronic address of the National Institute for Educational Research Anísio Teixeira - INEP and the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE and bibliographic research. The results showed that for the period investigated (2015-2018) there was an increase in enrollments in Early Childhood Education in the public network of Amapá, but in special education offered in daycare centers, there was an oscillation for the period. It is concluded that the increase in the number of enrollments in Early Childhood Education is a positive factor, however, alone, it still does not cover the social demand for this segment. There is a need for reflection on financing in education, since those who have the lowest collection capacity, the municipalities, end up being responsible for the highest costs, Early Childhood Education and Elementary Education in the initial and final years.

Keywords: Early childhood education; Nursery; Pre school; Enrollment.

Resumen

La educación en la niñez es la primera etapa de la educación básica, ofrecida en la guardería y en el preescolar. En Brasil, desde 2013, la inscripción de niños a partir de 4 años en preescolar se ha convertido en obligatoria. El objetivo de este trabajo fue verificar la curva de crecimiento de la matrícula de la Educación Infantil en el sistema escolar público, desde 2015 hasta 2018, en el Estado del Amapá-Brasil. La investigación tiene un enfoque cuantitativo y cualitativo, así como el procedimiento utilizado, que fue la recopilación de información en la dirección electrónica del Instituto Nacional de Investigación Educativa Anísio Teixeira - INEP y el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística - IBGE e investigación bibliográfica. Los

resultados mostraron que durante el período investigado (2015-2018) hubo un aumento en las matrículas en la Educación en la niñez en la red pública de Amapá, pero en la educación especial ofrecida en las guarderías, hubo una oscilación durante el período. Se concluye que el aumento en el número de matrículas en la Educación en la Niñez es un factor positivo, sin embargo, solo, todavía no cubre la demanda social para este segmento. Es necesario reflexionar sobre la financiación de la educación, ya que los que tienen la capacidad de recaudación más baja, los municipios, terminan siendo responsables por los costos más altos, la educación en la niñez y la enseñanza fundamental en los años iniciales y finales.

Palabras clave: Educación en la niñez; Guardería; Preescolar; Matrículas.

1. Introdução

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, sendo ofertada em estabelecimentos educacionais públicos ou privados, em creches e pré-escola, no período diurno, em jornada integral que compreende o mínimo de 07 horas e o máximo de 10 horas diárias, ou parcial, com permanência dos alunos na instituição de no mínimo 04 horas diárias. As creches destinam-se às crianças de 0 à 3 anos de idade, enquanto que, a pré-escola atende crianças de 04 e 05 anos de idade (Brasil, 2010, 2012).

No Brasil, a matrícula na pré-escola de crianças que completaram 04 anos de idade até o dia 31 de março, desde 2013, passou a ser obrigatória. A oferta de vagas deveria ser implantada progressivamente pelos sistemas educacionais municipais até 2016 (Luiz et al., 2016).

Anualmente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), divulga os números oficiais sobre matrículas, que representam, dentre outros indicadores, o número de alunos regularmente matriculados na data de referência do instrumento de coleta de informações. Os dados oficiais também consideram as matrículas no ensino especial.

A educação especial ou inclusiva é uma modalidade que transita por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como parte fundamental do processo educacional. O AEE tem como função complementar ou suplementar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, a partir da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que possam promover o acesso, a

permanência, e as condições necessárias à oferta de uma educação de qualidade. Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular (Brasil, 2009).

Em uma realidade onde as crianças só conseguem ter acesso à educação, a partir do momento em que isto torna-se uma exigência legal. Percebe-se que a ampliação do número de matrículas na educação infantil é fundamental para que, se possa vislumbrar a garantia da educação ofertada às crianças brasileiras (Cruz, 2017). Embora, reconheça-se que simplesmente assegurar a matrícula não seja indicativo exclusivo para a consolidação de uma educação com qualidade, pois existem múltiplos fatores para realizar tal feito, desde o acesso até a permanência da criança em ambientes escolares, bem como diferenças regionais e locais que precisam ser consideradas.

Com base no Censo Escolar de 2018, no Brasil houve um crescimento de 11,1% de matrículas na Educação Infantil, correspondente ao período de 2014 à 2018 (INEP, 2019). No Estado do Amapá, de modo geral o quantitativo de matrículas na Educação Infantil, somados os da rede pública e privada, também demonstrou um crescimento: passando 24.269 mil matrículas em 2015, para 25.176 mil matrículas em 2018, observada uma queda de matrículas no ano de 2017 em relação ao ano anterior (IBGE, 2018).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios contínua (PNAD, 2018), a Região Norte, comparada às outras grandes regiões brasileiras, exibiu um menor quantitativo na taxa de escolarização, referente às crianças de 4 à 5 anos, para o período de 2016, os números mostraram o percentual de 86,4%. Enquanto Nordeste, Sudeste e Sul superaram os 90%, para o mesmo período. Os dados mostram ainda, os percentuais regionais da escolarização de crianças de 0 à 3 anos, a saber: Centro-Oeste (28,5%), Sudeste (40,8), Nordeste (30,6%), Sul (38,8%) e Norte (17,7%).

Com base nessas informações, verificou-se que a região Norte do Brasil apresentou um crescimento no número de matrículas na educação infantil, porém percebe-se as diferenças regionais quanto aos percentuais, onde o Norte apresenta dados menores, em relação às outras regiões do país. Desse modo, o objetivo do presente artigo foi verificar a curva de crescimento do quantitativo de matrículas da Educação Infantil na rede pública de ensino, no período de 2015 à 2018, para que seja possível levantar algumas reflexões sobre o ensino público infantil, no Estado do Amapá, localizado no extremo norte do Território Nacional Brasileiro.

2. Metodologia

Metodologicamente, a abordagem deste artigo envolve métodos mistos (Creswell, 2007). Os dados quantitativos foram obtidos através de consultas ao banco de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação aos procedimentos técnicos, também foi realizada pesquisa bibliográfica. Para Gil (2008), pesquisar de modo bibliográfico significa consultar livros e artigos já publicados. Desse modo, priorizou-se publicações e obras dos últimos 5 anos, com descritores relacionados à Educação Infantil no Brasil, na região norte e no Estado do Amapá.

Após a tabulação dos dados quantitativos, houve a interpretação qualitativa dos mesmos, pelos autores desta pesquisa. Para (Yin, 2001), métodos quantitativos e qualitativos podem ser complementares e podem permitir uma melhor compreensão de determinados objetos de investigação.

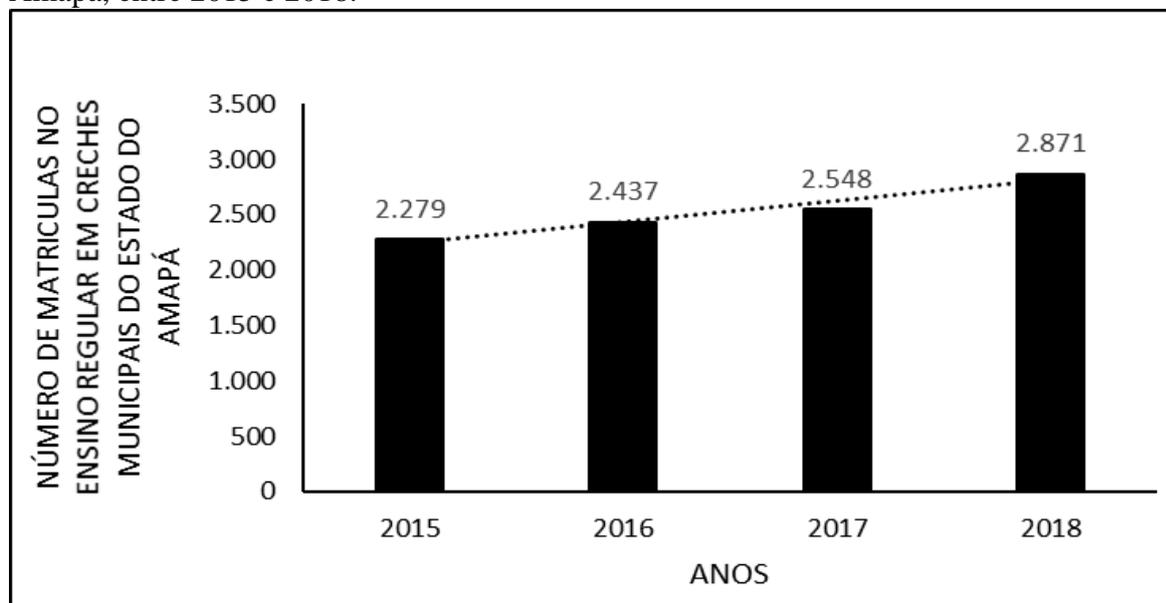
Foram coletados dados nacionais de acordo com as seguintes etapas: acessou-se o endereço eletrônico do INEP, a aba "Dados Abertos", em seguida, da lista de opções contidas logo abaixo do campo "outras informações disponíveis", clicou-se em "consultar matrícula", que remete à página que disponibiliza informações sobre o quantitativo de matrículas declaradas no Censo Escolar, por estado e município, clicou-se na opção "consulta matrícula – a partir de 2015", extraiu-se os dados referentes ao período de 2015 à 2018, e utilizou-se as informações referentes ao Estado do Amapá, rede pública, dependência administrativa municipal, etapa educação infantil.

3. Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentadas as informações coletadas para a construção deste artigo e organizadas no formato de figuras. Em seguida, será realizada a discussão pautada nos achados da pesquisa. As informações coletadas dizem respeito às matrículas no Ensino Infantil na rede pública municipal do Estado do Amapá.

A seguir, a figura 1 mostra o número de matrículas no ensino regular em creches municipais do Estado do Amapá, entre 2015 e 2018. Indica, mais precisamente o aumento de matrículas neste período.

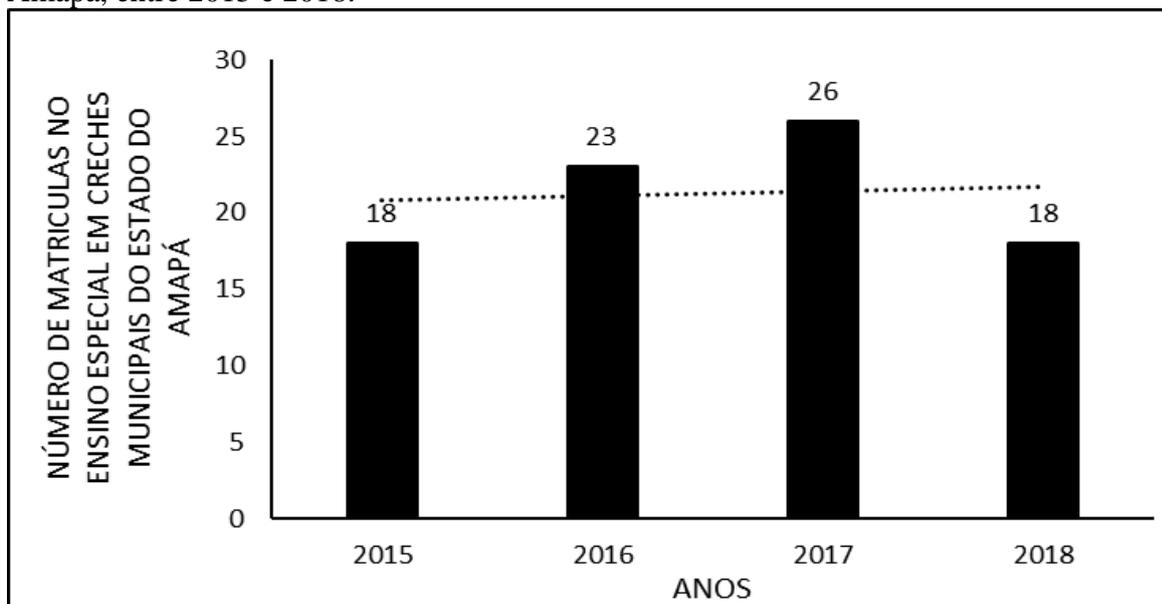
Figura 1 - Número de matrículas no ensino regular em creches municipais do Estado do Amapá, entre 2015 e 2018.



Fonte: Autores (com base nos dados da pesquisa).

Na sequência, a figura 2, mostra o número de matrículas no ensino especial em creches municipais do Estado do Amapá, entre 2015 e 2018. Indicando também um aumento de matrículas entre os anos de 2015 e 2017, mas, informando uma queda em 2018.

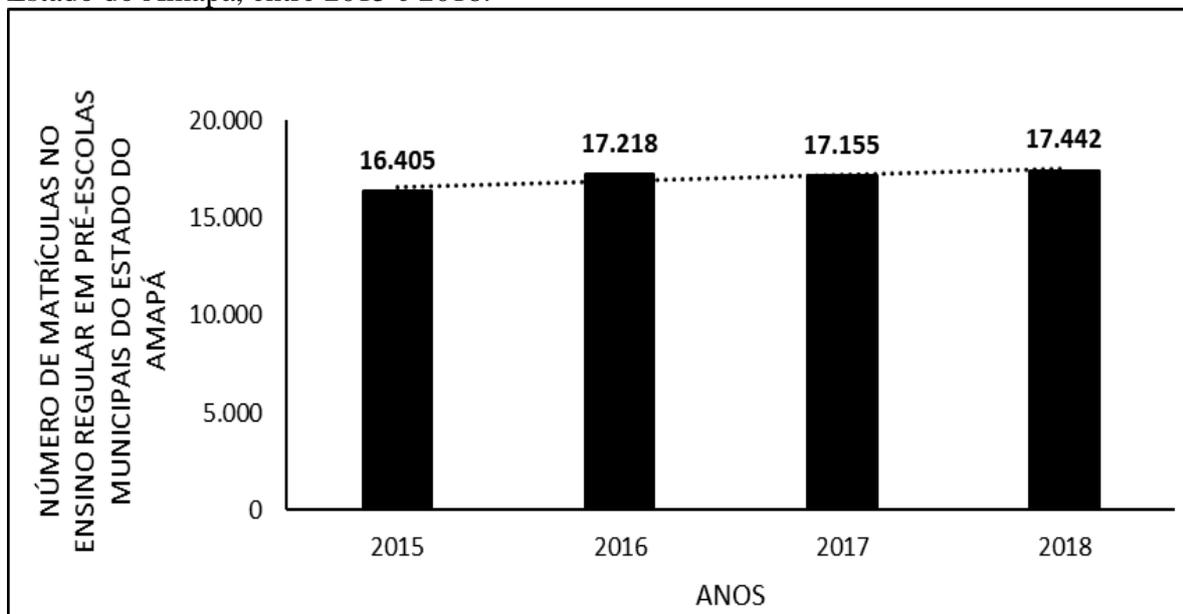
Figura 2 - Número de matrículas no ensino especial em creches municipais do Estado do Amapá, entre 2015 e 2018.



Fonte: Autores (com base nos dados da pesquisa).

Sequencialmente, a figura 3, mostra o número de matrículas no ensino regular em pré-escolas municipais do Estado do Amapá, entre 2015 e 2018. Apresentando um indicativo do aumento de matrículas entre os anos de 2015 e 2016, bem como relatando uma queda no ano 2017 e posteriormente, um aumento do número de matrículas no ano de 2018.

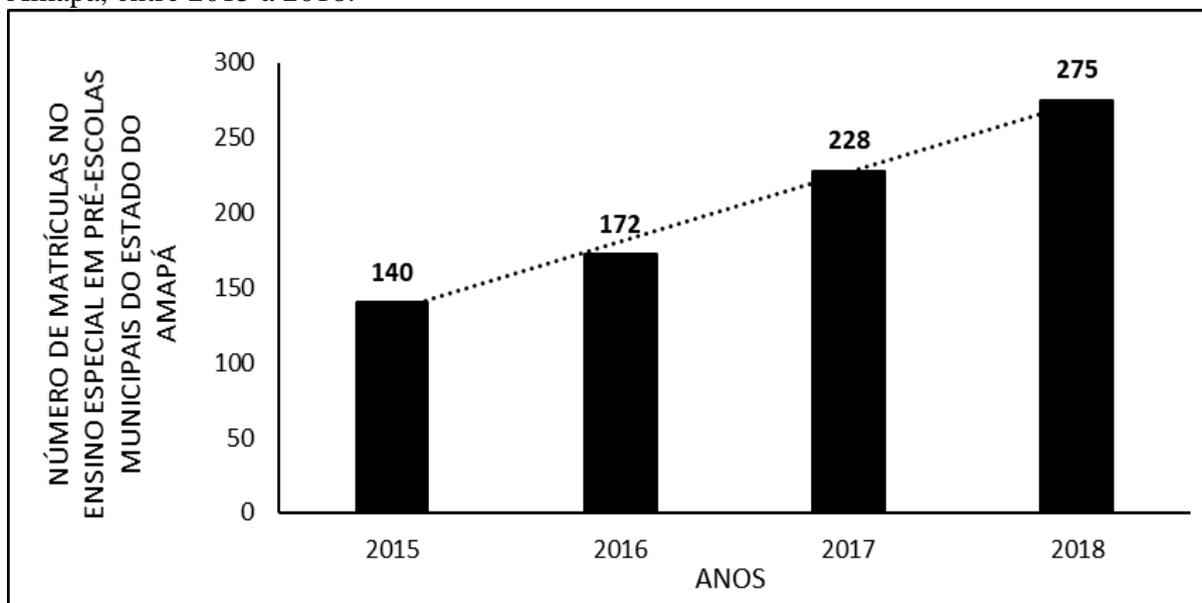
Figura 3 - Mostra o Número de matrículas no ensino regular em pré-escolas municipais do Estado do Amapá, entre 2015 e 2018.



Fonte: Autores (com base nos dados da pesquisa).

Por último, a figura 4, mostra o número de matrículas no ensino especial em pré-escolas municipais do Estado do Amapá, entre os anos de 2015 à 2018. Expondo um aumento de matrículas no período.

Figura 4 - Número de matrículas no ensino especial em pré-escolas municipais do Estado do Amapá, entre 2015 a 2018.



Fonte: Autores (com base nos dados da pesquisa).

Em termos quantitativos, é possível identificar avanços no número de matrículas na rede pública de ensino, conforme os dados apresentados acima. Por outro lado, conseguir uma vaga para crianças na faixa etária de 0 (zero) à 3 (três) anos de idade, para que as mesmas tenham acesso à educação na primeira infância, ainda é um desafio que precisa ser enfrentando (Dias & Soares, 2019). O aumento expressivo da demanda por matrículas de crianças nessa faixa etária, assim, como, a expansão destes serviços no país é uma realidade (Becker & Piccinini, 2019).

No Amapá, as informações sobre matrículas na educação infantil no período de 2015 à 2018 demonstraram crescimento. Em uma análise geral, houve aumento no número de matrículas em creches municipais (Figura 1), por outro lado, quando se observa a matrícula na modalidade de ensino especial, a quantidade permaneceu a mesma nos anos de 2015 e 2018, ambos com 18 matrículas registradas. Enquanto os anos de 2016 e 2017 apresentaram leve crescimento, com 23 e 26 matrículas, respectivamente (figura 2). É válido ressaltar que as creches desempenham um papel importante no desenvolvimento de muitas crianças e famílias, frente às mudanças econômicas e culturais da sociedade (Becker & Piccinini, 2019).

No ano de 2014, foi lançado na capital do Amapá (Macapá), o Programa Fazendo Escola, a proposta prevê a ampliação do número de escolas e creches na capital, bem como reformas, contando inicialmente com investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em torno dos 50 milhões de reais (MACAPÁ, 2017). A Promotoria de Justiça da Defesa da Educação (PJDE), vinculada ao Ministério Público do Amapá (MP-AP), vem realizando fiscalizações contínuas em relação ao cumprimento das propostas contidas no Programa Fazendo Escola, porém alguns atrasos foram registrados no andamento das obras (MP-AP, 2019). E, segundo informações do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT, 2019), até o primeiro semestre do ano de 2019 apenas uma creche havia sido entregue à população.

A queda de matrículas em creches (ensino especial) no ano de 2018, em relação aos dois anos anteriores, como mostra a figura 2, se relaciona ao fato de existirem dificuldades que impactam negativamente na permanência de alunos com deficiência. A presença de outros membros de uma equipe multiprofissional, demandada pela necessidade da criança, e nem sempre disponibilizada pelo poder público, é uma das dificuldades (Laplaine, 2014), assim como, a falta de infraestrutura adequada e dificuldades de manutenção, tendo em vista que a creche é o segmento da educação infantil que tem os custos elevados, pois, historicamente, foi negligenciada de infraestrutura e de espaços adequados, de recursos humanos e pedagógicos especializados, em uma realidade em que os percentuais de valores previstos para o financiamento são muito baixos (Santos, 2019).

Com as mudanças promovidas pela legislação brasileira, o direito à pré-escola foi modificado e ampliado, em grande medida resultado de demandas sociais, principalmente no que se refere ao modo de pensar o que é ser criança e a importância da escolarização na infância. Isto resultou em uma ressignificação da Educação Infantil, e refletiu nas políticas públicas elaboradas para essa etapa da Educação Básica (Luiz et al., 2016).

Observa-se também que os marcos legais têm buscado fortalecer a educação infantil, assim como, promover a articulação desta etapa de ensino com a modalidade da educação especial (Hernandez-Piloto & Victor, 2018). Os dados gerais do Censo Escolar 2018 (INEP, 2019) apontam que tem havido um aumento no número de matrículas de alunos com deficiência nas redes de educação básica no país. No Amapá, no que diz respeito à pré-escola (rede pública), este aumento também pode ser identificado (Figura 1), passando de 140 matrículas em 2015, para 275 em 2018. Porém, em relação a modalidade de ensino Educação especial ofertado em

creches, oscilou no período, com um mínimo crescimento nos anos de 2016 e 2017, mas sofreu uma queda em 2018. Portanto, se tratando de educação especial em creches e na pré-escola constatou-se divergência no padrão, onde o quantitativo de matrículas em creches demonstrou-se mais instabilidade.

Desse modo, o avanço da legislação tem impulsionado a maioria dos municípios brasileiros a direcionar políticas públicas para garantir o direito à educação de crianças público-alvo da educação especial na etapa da educação infantil (Hernandez-Piloto & Victor, 2018). Porém, são necessários mecanismos que fomentem a compreensão das disparidades regionais e locais, para que os instrumentos legais tenham maior efetividade, inclusive na relação entre etapas e modalidades de ensino.

É válido ressaltar, que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2019), destacou a importância do crescimento no número de matrículas no Brasil, mas observa que a meta de universalização da pré-escola no Brasil, contida no Plano Nacional de Educação (2014-2024) ainda não conseguiu cumprir tal feito, almejado para o ano de 2016.

4. Considerações finais

A Educação Infantil é reconhecidamente importante para o desenvolvimento da criança durante a primeira infância. A valorização desta etapa de ensino, que apenas a partir do advento da LDBEN 9.394/96 passou a compor a educação básica no Brasil, representou um avanço significativo na história da educação, tirando este segmento do panorama do assistencialismo, para integrar-se a trajetória do processo educativo dos cidadãos brasileiros.

A obrigatoriedade de matrícula de crianças a partir dos 04 anos de idade em pré-escolas, também merece destaque, pois, gera a necessidade de que as autoridades municipais reflitam sobre políticas públicas de ampliação da oferta de vagas para este público específico. O aumento no número de matrículas na educação infantil é positivo, entretanto, mesmo a universalização da pré-escola figurando como meta prioritária nos Planos Decenais de Educação, ainda está pendente.

Outra questão diz respeito à ampliação da oferta de vagas em creches, em que não há obrigatoriedade desta oferta para esta faixa-etária. Embora tenha havido um aumento nas matrículas, o cenário atual está longe de contemplar a demanda social para este segmento.

Esta situação nos remete a necessidade de reflexão sobre o financiamento e gerenciamento dos recursos em educação, e uma possível necessidade de inversão no cenário atual, em que os entes com menor capacidade de arrecadação, como os municípios, acabam por responsabilizar-se pelos maiores custos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, enquanto que, os Estados e a União, assumem demandas específicas, como o Ensino Médio e ensino superior, respectivamente.

Embora, haja o regime de colaboração entre os entes federados, assim como, a função supletiva do Governo Federal, em termos sobretudo, qualitativos há pendências que precisam ser problematizadas, em cada contexto, levando em conta etapas, modalidades de ensino, público-alvo, desigualdades regionais e locais. Como foi constatado neste artigo, o Amapá ainda tem metas a cumprir, inclusive em sua capital, como foi verificado em relação ao Programa Fazendo Escola, que em seu bojo carrega resultados inconclusivos.

Por fim, mas distante de esgotar a discussão, é preciso incentivar a condução contínua de pesquisas nesta área, que possam ser transformadas em mecanismos positivo para clarear, cada vez mais, o panorama real desta situação e também prover dados para inserções maiores do poder público em busca do saneamento desta situação social.

Referências

Becker, S. M. S., & Piccinini, C. A. (2019). Impacto da Creche para a Interação Mãe-Criança e para o Desenvolvimento Infantil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, 1-10.

Brasil. (2009). *Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília DF: CNE

Brasil. (2010). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília DF: MEC, SEB

Brasil. (2012). *Parecer CNE/CEB nº 17 de 6 de junho de 2012. Orienta sobre a organização e o funcionamento da Educação Infantil, inclusive sobre a formação docente, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília DF: CNE

Brasil. (2019). *Caderno de conceitos e orientações do censo escolar 2019*. Brasília DF: INEP
Cruz, M. N. d. (2017). Educação Infantil e ampliação da obrigatoriedade escolar: implicações para o desenvolvimento cultural da criança. *Cad. CEDES*, 37(102), 259-276.

Creswell, J. W.(2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (2019). *No Amapá, estado com os piores índices de acesso a educação infantil, mães não conseguem sair do ciclo de pobreza*.(CEERT). Acesso em 29 de Maio de 2020, em <https://ceert.org.br/noticias/crianca-adolescente/24781/no-amapa-estado-com-os-piores-indices-de-acesso-a-educacao-infantil-maes-nao-conseguem-sair-do-ciclo-de-pobreza>

Dias, M. J. S., & Soares, B. V. P. (2019). Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes. *Revista Educação e Emancipação*, 12(2).

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas

Hernandez-Piloto, S. S. F., & Victor, S. L. (2018). Inclusão escolar e direito à educação de crianças público da educação especial na educação infantil: o que dizem os professores especializados. *Publicações UFES*, 2.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Censo escolar 2018 - Estado Amapá*.(IBGE)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio contínua-Educação*.(IBGE)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2019). *Notas Estatísticas: Censo Escolar 2018*. (INEP)

Laplane, A. L. F. (2014). Condições para o ingresso e permanência de alunos com deficiência na escol. *Cad. CEDES*, 34(93), 191-205.

Luiz, M. C., Marchetti, R., & Gomes, R. M. (2016). Políticas educacionais no Brasil: direito e obrigatoriedade na educação infantil. *Educação Unisinos*, 20(1), 28-38.

Macapá, (2017). *Programa Fazendo Escola*. Secretaria Municipal de Educação-Macapá (SEMED).

Santos, J. B. (2019). O financiamento da Educação Infantil a partir da implementação do FUNDEB: avanços e limites. *Notandum*(50), 19-43.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (2019). *175 milhões de crianças não estão matriculados na Educação Infantil*.(UNICEF). Acesso em 29 de Maio de 2020, em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/175-milhoes-de-criancas-nao-estao-matriculadas-na-educacao-infantil>

Yin, R. K (2001). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Fábio do Socorro Dias Brito - 20%

Amanda Alves Fecury - 10%

Rosana Moraes Pascoal - 10%

Carla Viana Dendasck - 10%

Maria Helena Mendonça de Araújo - 0.5%

Keulle Oliveira da Souza - 10%

Iracely Rodrigues da Silva - 0.5%

Elisângela Cláudia de Medeiros Moreira - 0.5%

Jones Souza Moraes - 0.5%

Euzébio de Oliveira - 10%

Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias - 10%